

quatro cantos

HÁ MAIS DE DOIS SÉCULOS COMEÇARAM OS ESTUDOS PARA ESCOLHER A ÁREA DO DF

MEMÓRIA DE UM QUADRILÁTERO

CONEÇÃO FREITAS
DA EQUIPE DO CORREIO

Um dos mais recorrentes equívocos sobre a construção de Brasília faz crer que a nova capital saiu do colete de Juscelino Kubitschek num comício em Jataí (Goiás), quando o então candidato à Presidência da República prometeu cumprir a Constituição e transferir a capital do país para o Planalto Central. A idéia era antiga, que vinha se insinuando desde o século 18, como foi crescendo, com algumas interrupções e apatias, porém intermitentemente presente nas aspirações de um Brasil melhor.

A idéia de um Distrito Federal deslocado do Rio de Janeiro, ficado no interior do país, ganhou substância com a criação da Comissão Exploradora do Planalto Central, no final do século 19. A qualidade e diversidade do elenco que compôs a Comissão indicava seriedade de propósitos. O diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, o astrônomo Luiz Cruls, foi designado comandante da força-tarefa, que saía da capital litorânea para se enfurnar num sertão desabitado e desconhecido.

Geógrafos, médicos, botânicos, higienistas, geólogos, engenheiros compunham a missão exploradora e seu ânimo para viajar de burro, a cavalo, a pé, enfrentar a seca durante o dia e o frio da noite, se surpreender com paisagens magníficas — a Serra dos Pireneus, as Águas Emenas, a Chapada dos Veadeiros — e conhecer um povo que mantinha tecnologia e hábitos do período colonial. A Missão Cruls demarcou, de início, uma área três vezes maior que o atual Distrito Federal, de 14.400 quilômetros quadrados, que abrangia antigas fazendas de Planaltina e Luziânia.

Dessa portentosa missão exploradora resultaram estudos até hoje não de todo aproveitados. E impuseram ao mapa do Brasil um novo marco geográfico, o Quadrilátero Cruls, área rectangular denominada Distrito Federal. Nova Missão Cruls, em 1896, aprofundou estudos sobre o clima, a topografia, os recursos hídricos para escolher, finalmente, o local definitivo onde

Brasília seria construída.

Só que ainda não era hora do finalmente. Passaram-se quase 10 anos até que o sentimento mudancista voltasse a contagiar o país. O presidente Eurico Gaspar Dutra criou a Comissão Geográfica e Estadística da Nova Capital que confirmou a escolha feita pela Missão Cruls. Em fins de 1952, o Congresso Nacional aprovou lei que autoriza estudos para a escolha definitiva do sítio onde a cidade seria construída.

A demarcação do Distrito Federal ficou na dependência do local a ser escolhido para a nova capital. Em se identificando a área, o DF abarcaria um conjunto de 5,8 mil quilômetros quadrados. Nova comissão foi criada, agora chefiada pelo marechal José Pessoa, que contratou a firma americana Donald Belcher & Associates. Os americanos partiram de uma área mais de três vezes maior que a estabelecida pela Missão Cruls. Um retângulo de 52 mil quilômetros quadrados do Planalto Central só escarafunchado palmo a palmo num preciso estudo de uma região que avançava até Goiânia, de um lado, e para lá de Iná, de outro.

A firma americana usou os, à época, sofisticados recursos da fotografia aérea. O retângulo de 52 mil quilômetros quadrados foi subdividido em 18 quadros para os quais foram preparados mosaicos aeroftográficos na escala de 1 por 50.000.

O chão de Brasília foi escolhido numa paleta de cinco cores. Belcher definiu cinco áreas distintas, de 1 mil quilômetros quadrados cada uma, e nomeou-as de sítio castanho, sítio verde, sítio vermelho, sítio amarelo e sítio azul. Em cada um dos sítios, os americanos estudaram e documentaram a topografia, a vegetação, a utilização da terra, os solos para a agricultura, os solos para engenharia e a geologia.

Venceu o sítio castanho, avaliado a partir de critérios estabelecidos em lei, quais sejam: clima e salubridade favoráveis, facilidade de estabelecimento de água, topografia adequada, energia elétrica, existência de materiais de construção, facilidade de acesso às vias de transporte terrestre e aérea, solo favorável às edificações, proximidade de terras para cultura, paisagem atraente, facilidade de desapropriação.

Escolhido o sítio, e a partir dele, uma comissão foi encarregada de demarcar a área do Distrito Federal. A lei, lembre-se, determinava que "em torno do local escolhido, fossem traçados os limites do Novo Distrito Federal, que deveria conter a proximamente 5.000 km²". A comissão de três engenheiros, dois do Serviço Geográfico do Exército, gastou onze dias para dar conta da tarefa. A lei (veja trecho na página seguinte) foi assinada a 5 de janeiro de 1953, 50 anos atrás.

